



**PROJETO DE LEI Nº 065/2023 DE 27 DE JUNHO DE 2023.**  
**AUTORIA: Vereador Rubens Uchôa**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e manutenção de Circuito Fechado de TV – CFTV em estabelecimentos comerciais que prestam atendimentos a animais domésticos no Município de Palmas.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS aprova:**

**Art. 1º.** Esta Lei determina que os estabelecimentos comerciais de Palmas que prestam qualquer tipo de atendimento a animais domésticos instalem e mantenham em pleno funcionamento Circuito Fechado de TV – CFTV.

**Art. 2º.** Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Circuito Fechado de TV – CFTV: sistema de captação e retenção de imagens e sons feitas por câmeras digitais ou analógicas que permite a vídeo-vigilância através de monitores conectados à uma rede central.

II – Animais domésticos: todos aqueles animais que através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e/ou melhoramento zootécnico tornaram-se domésticos, apresentando características biológicas e comportamento em estreita dependência do homem, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que os originou.

III – estabelecimentos comerciais: aqueles que promovem cuidados médicos-veterinários, de higiene e estética, tais como clínica veterinária, *pet shop* e outros congêneres.

**Art. 3º.** As câmeras do circuito interno de que trata o art. 1º deverão ser instaladas e mantidas de forma que possam registrar, com imagem e som, o atendimento ao longo de toda a permanência do animal nas dependências do estabelecimento.

§1º. Nos casos de serviços de banho e tosa, as câmeras devem ser instaladas de modo que o cliente possa acompanhar toda a prestação desses serviços em monitores instalados no estabelecimento e, em tempo real, por meio da rede mundial de computadores (*internet*).

§2º. As gravações deverão ser armazenadas por pelo menos seis meses após a realização dos serviços e, quando solicitado, o estabelecimento deverá fornecer ao cliente, no prazo de até dois dias, uma cópia integral das gravações.




**Art. 4º.** O não cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei sujeitará o infrator aos procedimentos previstos na Lei Municipal nº 371 de 04 de novembro de 1992, que Institui o Código de Posturas do Município de Palmas.

**Art. 5º.** As penalidades advindas das infrações a esta Lei deverão recair sobre a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento comercial.

**Art. 6º.** Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da vigência desta Lei para que os estabelecimentos comerciais se adequem ao disposto nesta Lei.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS, Gabinete do Vereador Rubens Uchôa, aos vinte e seis dias do mês de junho de 2023.

  
**RUBENS UCHÔA**  
Vereador





### JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem a finalidade de coibir atos de violências contra animais domésticos nas dependências de clínicas veterinárias e pets shops, durante a realização de procedimentos nesses animais.

Diversos são os relatos de maus tratos e até mesmo óbitos de animais nas dependências de clínicas veterinárias e pets shops, conforme pode ser observado nos links abaixo:

<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/06/07/tutora-leva-cao-para-banho-em-pet-shop-e-animal-e-devolvido-morto-em-saco-de-lixo-policia-investiga.ghml>

<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/06/23/cadela-morre-apos-ser-agredida-com-socos-e-enforcada-por-funcionaria-em-pet-shop-de-goiania-video.ghml>

<https://www.alagoas24horas.com.br/1384526/mulher-recebe-cachorro-morto-apos-banho-em-pet-shop-e-se-desespera/>

<https://www.7segundos.com.br/maceio/noticias/2022/01/20/196577-cachorro-e-enforcado-por-funcionario-de-clinica-veterinaria-em-maceio>

<https://ndmais.com.br/animais/pets/agressao-de-cachorro-em-pet-shop-de-sj/>

<https://ndmais.com.br/noticias/pet-shop-de-sao-jose-e-fechado-apos-denuncias-de-maus-tratos-aos-animais/>

<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/02/10/funcionario-de-pet-shop-queima-olho-de-cachorro-com-secador-durante-o-banho-diz-policia-video.ghml>

Cabe ainda ressaltar que o presente Projeto de Lei também protege os prestadores destes serviços em relação a reclamações e denúncias, uma vez que terão provas de um serviço prestado dentro da normalidade.

A ausência de um equipamento de registro de som e imagem, especialmente nos espaços onde os cuidados são efetivados, gera insegurança para os tutores e ao mesmo tempo impede os prestadores de demonstrarem a boa fé e a qualidade de seus serviços.

Com relação a Constitucionalidade, a presente iniciativa é plenamente possível à luz da Constituição, já que não dispõe sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, mas sim sobre a segurança do atendimento de animais domésticos em estabelecimentos comerciais específicos.



Além disso, o conteúdo da presente proposição não se enquadra em nenhuma das hipóteses constantes da Lei Orgânica Municipal, que elenca expressamente as matérias de iniciativa privativa do Executivo Municipal, senão vejamos:

Art. 42 - Compete privativamente ao Prefeito à iniciativa dos projetos de leis que disponham sobre:

- I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções e empregos públicos na administração direta, autárquica ou fundacional;
- II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores, tendo como limite máximo, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, o que for atribuído, em espécie, ao Prefeito e ao Presidente da Câmara;
- III - regime jurídico dos servidores, com a diferença entre o maior e o menor salário pago pelo Município não superior a vinte vezes;
- IV - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária e de serviços públicos municipais;
- V - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Portanto, não há que se falar em vício de iniciativa ou qualquer outra ofensa à legalidade ou à constitucionalidade na proposição em comento de modo a ser legítimo o prosseguimento dos ritos do processo legislativo.

Pelo exposto, conto o apoio de todos os Nobres Pares para que possamos instituir esta importante medida de proteção aos animais domésticos e a consequente segurança para tutores e responsáveis pelos respectivos estabelecimentos.

Plenário da Câmara Municipal de Palmas, aos vinte e sete dias do mês de junho de 2023.

**RUBENS UCHÔA**

Vereador